

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data / /
Cod. 0PD00185

AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DE 29/08/90 E SUGESTÕES PARA O PROJETO DE EDUCAÇÃO NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

Na reunião de 29/08/90 todos os presentes se dispuseram a trabalhar e colaborar no Projeto de Educação para o Xingu. Não houve muito tempo para uma discussão mais profunda do projeto, mas foram levantadas algumas propostas, elogios e críticas ao projeto de Mariana L. Ferreira.

Todos acharam fundamental a proposta de Loreta Emeri para que seja realizado como primeira etapa do projeto um encontro entre os professores indígenas que já estão atuando nas aldeias e os indicados pelas comunidades que ainda não estão dando aula, para que discutam suas necessidades, as conquistas e dificuldades em seu trabalho, as expectativas das comunidades, o aprendizado de seus alunos, para que estes professores definam como o projeto de educação poderia colaborar com o seu trabalho. Foi discutida a importância de um trabalho sócio-linguístico como fundamental para o desenvolvimento das propostas educacionais descritas no projeto de Mariana.

Pela minha experiência em educação no Parque de 1984 a 1989, creio que o trabalho de alfabetização e estudo das línguas indígenas deve merecer a prioridade deste projeto, devendo ser acelerada, paralelamente à distribuição de cartilhas e livros em português, que poderia ser mais lenta.

O levantamento linguístico já iniciado em 1988 num projeto sob a coordenação da Dra. Lucy Seki já abrange 7 línguas (Meinako, Kamaiurá, Yawalapiti, Trumai, Suiá, Juruna e Panara) e deve na minha opinião ser integrado ao projeto de educação, com a possibilidade de ampliação para que abranja todas as línguas faladas no Xingu, e que os linguistas trabalhem como assessores linguísticos das comunidades indígenas que desejarem escrever sua língua.

Na reunião programada no projeto entre professores e membros da comunidade, antropólogos e linguistas, eu questiono a necessidade de trazer antropólogos estrangeiros, sem querer

desmerecer os méritos dos trabalhos destes antropólogos, me parece um custo muito alto o financiamento destas viagens. Creio que essa etapa seria fundamental para a preparação de material nas línguas indígenas e poderia ser feita de maneira menos custosa e demorada com os linguistas que estão trabalhando no projeto de Lucy Seki, Lucy que trabalha há anos com a língua Kamaiurá, e outros linguistas que queiram colaborar, como é o caso de Ruth Monserrat que trabalhou com os Aweti, Charlotte com os Txikão, Bruna Franchetto com os Kuikuro. No caso dos Metyktire eu e Maria Eliza Leite poderíamos elaborar este material juntamente com pessoas da comunidade e Mariana L. Ferreira poderia trabalhar no material didático em Kajabi. Antropólogos brasileiros que trabalharam no Parque, como Carmem Junqueira, Vanessa Lea, e outros, poderiam colaborar. Enfim, nos povos onde não tenham sido realizados trabalhos antropológicos, os membros da comunidade auxiliados por linguistas e educadores poderiam iniciar a preparação de material para o estudo de suas línguas. Referido material pode até fugir um pouco do esquema das cartilhas, podendo consistir em pequenos textos que ajudem no processo de alfabetização.

Na maioria das comunidades existem pessoas que já tem noções da escrita em português, estas pessoas podem colaborar muito na escolha da grafia. Para sistematizar a escrita das línguas faladas no Parque e torná-la mais acessível para um intercâmbio cultural entre os povos, alguns sons deveriam ser uniformizados, principalmente os sons que não existem na língua portuguesa mas são comuns a todas as línguas do Parque.

Na escrita do Kajapo com os Metyktire usamos a grafia feita pelo Summer, porque seus parentes Gorotire e Mekrãgnotire já usam esta grafia há algum tempo, e cremos não existir nenhum problema em sua utilização. É importante usar apenas as letras e sinais que existem na máquina de escrever, para que os textos nas línguas indígenas possam ser datilografados.

Gostaria de descrever um pouco a minha experiência de trabalho no Parque do Xingu, para melhor explicar minhas sugestões ao Projeto. Fiquei de 1984 a 1986 no Posto Leonardo atenden-

do alunos das aldeias Yawalapiti, Kamaiurá, Kuikuro, Kalapalo, Waurá, Meinako, Trumai, Matipu, Nafukwá, Aweti e Suiá. No início de 1986 fui para o Posto de Vigilância onde trabalhei com os Metyktire, Juruna e Kajabi residentes naquele posto, no mesmo ano trabalhei por cinco meses no Posto Diauarum com os Juruna, Kajabi e Suiá, sempre dando aulas em português. No PIV comecei a aprender um pouco a língua Kajapo, o que ajudou muito para que eu pudesse trabalhar no final de 1986 na escola do PI Metyktire, e junto com Maria Eliza Leite, com a colaboração de Lucy Seki, pudemos iniciar em 1988 um trabalho bilíngue.

Os Metyktire sempre manifestaram o desejo de escrever sua língua, no entanto eu e Maria Eliza não possuíamos nenhum conhecimento linguístico para poder colaborar com nossos alunos, pois estávamos nas mesmas condições que eles em relação a uma escrita correta do Kajapo. Desde que cheguei ao Parque, eu e as demais professoras procuramos sem sucesso a colaboração de um linguista. A Dra. Lucy Seki foi a única pessoa que se dispôs a nos prestar referida assessoria e a iniciar o projeto de levantamento linguístico.

Os povos do Alto Xingu que moram próximos ao posto Leonardo como os Yawalapiti e Kamaiurá falam razoavelmente bem o português, assim como os Kajabi, então mesmo sem falar estas línguas eu conseguia ensinar em português (embora preferisse a alfabetização nas línguas indígenas). Na aldeia Metyktire poucas pessoas falavam português, portanto era fundamental que eu soubesse Kajapo, pois do contrário seria impossível desenvolver um trabalho de educação naquela aldeia.

Na alfabetização em português as crianças e adolescentes tinham muita facilidade para aprender a técnica da escrita, porém o significado das frases escritas em português era quase incompreensível, porque a língua portuguesa tem regras estruturais e gramaticais muito diferentes da língua Kajapo, bem como a nossa sociedade (dos kubẽ kryt - estrangeiros brancos) em que a fala e a escrita do português estão inseridas se apresenta como outro universo de difícil compreensão (assim como a língua e cultura Kaja

po também era difícil de ser compreendida por mim, ou seja, o inverso é recíproco). A elaboração de frases e textos em português pelos alunos fluia muito lentamente.

Meus alunos eram capazes de ler qualquer coisa em português, mas o significado só era apreendido de forma satisfatória por aqueles que falavam um pouco melhor o português e tinham algum convívio com a nossa sociedade, apesar de que tudo o que se escrevia ou falava em português ser traduzido para o Kajapo por mim, Maria Eliza ou por pessoas da aldeia que falavam melhor o português.

Utilizamos para a alfabetização em português a cartilha organizada por mim, Harue Yamanaka, Marina Kahn e Maria Eliza Leite, que condensou e reuniu elementos das três cartilhas utilizadas anteriormente no Parque elaboradas por Mariana L. Ferreira (utilizada no PI Diauarum), Maria Eliza Ladeira e Vanessa Lea (utilizada nos PIs Kretire e Jarina) e Marina Kahn (utilizada no Alto Kingu).

No processo de alfabetização começamos por palavras-chaves que são nomes de animais, plantas, festas, locais, e palavras que levem a uma reflexão sobre a realidade. Estas palavras são traduzidas para o Kajapo, exploradas através da oralidade sobre o seu significado, o que elas representam, se remetem à alguma história, festa, acontecimento, ou algum conhecimento como a medicina, agricultura, artesanato, pintura, etc. As palavras são desenhadas, escritas, desmembradas em sílabas, sendo estudadas as famílias silábicas e formadas novas palavras. As sílabas são apresentadas numa progressão de dificuldades, assim como sua sistematização da palavra à frase, ao texto.

O significado das palavras em português era mais facilmente memorizado, a dificuldade maior estava nas frases, apesar de serem sempre traduzidas para o Kajapo, porém neste momento do trabalho ainda não tínhamos condições de escrevê-las também em Kajapo.

A turma dos alunos mais velhos (Mekrare - homens com mais de um filho, de 28 a 40 anos) tinham um aprendizado lentíssimo na leitura e escrita do português, devido ao desconhecimento quase total de nossa língua. Esta situação mudou radicalmente quando as au-

las passaram a ser em Kajapo, sendo que a escrita passou a ser um processo acessível e compreensível a eles, palavras e frases de seu próprio universo cultural, linguístico, muito diferente da língua dos Kubẽ Kryt (nós).

Quando iniciamos este trabalho bilíngue, Lucy Seki levou uma infinidade de materiais em várias línguas do mundo, para que os Metyktire sentissem que o português não é a única língua falada pela humanidade que é passível de escrita, e que outras línguas também têm regras gramaticais e estruturais diferentes do português.

Analisamos com Karupi Metyktire e outras pessoas da comunidade as cartilhas do Summer (SIL) e vimos como podiam ser grafados os sons que não existem na língua portuguesa, usamos estas cartilhas como material de apoio para iniciar o processo de elaboração de um novo material para alfabetização. Esse material acabou não sendo feito pois saímos do Parque (eu e Maria Eliza) por motivo de doença e os Metyktire logo iniciaram a mudança para o Kapôt, interrompendo as atividades escolares. Como coloquei na reunião de 29/08/90, gostaria de trabalhar juntamente com Maria Eliza Leite na elaboração de material para a alfabetização em Kajapo, dentro do Projeto de Educação.

Com as aulas em Kajapo no PI Metyktire começaram a surgir pessoas interessadas em trabalhar como professores, porque se sentiram mais seguros para ensinar a leitura e escrita de sua própria língua. Estes professores precisam de um preparo maior no estudo da escrita de sua língua, e de estímulo, para que trabalhem efetivamente como professores.

Não se trata de descartar o ensino do português para os povos indígenas, mas acredito que a alfabetização deve começar da língua materna e o material a ser utilizado deve ser criado neste processo pela própria comunidade. Também a comunidade poderá ter os seus especialistas que se dediquem ao estudo de sua própria língua. É evidente que o início deste processo depende de uma assessoria linguística.

O aprendizado do português pode ocorrer paralelamente. No caso da escola do PI Metyktire tínhamos três dias de aulas em Kaja

po e dois dias de aulas em português. Nessas aulas começamos a fazer comparações, observando as diferenças, principalmente na escrita das frases nas duas línguas. Os alunos tinham um ótimo aproveitamento do estudo do Kajapo, e através da observação das diferenças entre as duas línguas o aprendizado do português começou a ficar mais acessível. Pela brevidade deste relato, gostaria de ilustrar brevemente as dificuldades que os alunos pouco ou não falantes do português enfrentam, pelas diferenças gramaticais na construção das frases:

Arým ne ba kum tyryti ngã.
 Já eu para ele banana dei.
 Eu já dei banana para ele.

Inã kôt ne ba pur mã têm.
 Minha mãe junto eu roça vou.
 Eu vou à roça junto com minha irmã.

I mã myja arẽ ba kuma.
 Para mim coisa contar eu escutar/ entender.
 Me conte alguma coisa, eu vou escutar, entender.

Arým ikabẽ kêt.
 Já minha fala acabou (nada/não).
 Já acabei de falar.

Estas diferenças vão ficando mais claras quando são discutidas e comparadas também através da escrita, tornando mais fácil o aprendizado do português.

É importante salientar a necessidade da formação de professoras mulheres, para ensinar a escrita da fala das mulheres que na maioria dos povos indígenas é diferenciada da fala masculina.

No ensino da língua portuguesa, e principalmente na assessoria aos professores indígenas o trabalho tem que ser encaminhado em dois níveis: existem as pessoas que serão alfabetizadas, que

tem pouco ou nenhum contato com a escrita do português, neste caso a cartilha de alfabetização que elaboramos poderá ser utilizada, e na minha opinião, posteriormente à alfabetização na língua da comunidade. O outro nível de alunos e professores indígenas são as pessoas que já estão alfabetizadas, algumas já trabalhando como professores, rádio-telegrafistas, monitores de saúde, mecânicos, chefes de posto. Estas pessoas precisam de um outro tipo de assessoria para uma melhor compreensão da língua portuguesa e de nossa sociedade, melhorar a fluência na escrita dos textos em português, noções de pontuação, ampliação de vocabulário, um estudo da gramática que não necessita de nomenclaturas complicadas, cuja finalidade é aperfeiçoar a redação e a fala do português.

Acho importante que o trabalho dos professores indígenas comece em sua própria língua. Nessa reunião que deverá ocorrer como primeira etapa do projeto de Mariana, os professores indígenas poderão ser consultados sobre a língua em que gostariam de ensinar, e é claro que lhes deve ser oferecida a assessoria linguística, para que o simples fato de desconhecerem noções de linguística para uma escrita correta de sua língua não influencie suas decisões.

São necessárias discussões pedagógicas com os professores sobre as formas possíveis de ensinar, atitudes e metodologias, reflexões sobre a maneira de ensinar e aprender de seu povo, e uma análise do material didático que será utilizado, sem que ele se sinta inibido na descoberta e criação de seu processo pedagógico, cujo material didático poderá ser apenas um apoio. É importante que essa assessoria seja permanente (cada dois ou três meses encontros de avaliação do processo), para que o professor indígena não se sinta isolado e inseguro, como têm se sentido os professores das aldeias Kajabi.

Com a reunião de professores indígenas que deverá ocorrer no Parque poderá ser preenchida a lacuna que existe no projeto sobre as opiniões e necessidades em relação à Educação dos povos do Alto Xingu, os Txikão, TRumai e Metyktire. Os depoimentos no projeto são dos Kajabi, Juruna, Suiá e Panara.

No Parque do Xingu são 17 povos, cada um com seu universo cultural, além dos diferentes graus de relação com a nossa sociedade, seja pela proximidade ou distância de suas aldeias dos postos indígenas, e das fazendas ou cidades como São José do Bang Bang e Canarana, acessos aos bens do caraíba, etc. Tudo isso vai influenciar no aprendizado, na frequência às escolas dos postos indígenas, na utilização e conhecimento da língua portuguesa.

Quanto ao ensino da matemática achei ótimo a contratação de um etno-matemático como está previsto no projeto, e que além de trabalhar na preparação de material didático poderia atuar também assessorando os professores.

Os demais livros previstos com as histórias dos povos indígenas serão um bom material de leitura e reflexão, e poderiam ser publicações constantes, trazendo histórias de todos os povos do Parque para um intercâmbio cultural. As pessoas presentes na reunião colocaram à disposição do projeto uma farta documentação, que poderia também dar início a um Centro de Documentação (que já é uma velha proposta de Megaron Txukahamãe e Mairawe Kajabi), reunindo todo o material publicado, fotos, filmes e vídeos realizados com todos os povos do Parque desde o início do contato com a nossa sociedade. O Projeto de Educação poderia prever uma verba destinada à aquisição de livros, xerox, filmes e vídeos para a cópia deste material .

Bruna Franchetto, por carta, deu outras sugestões para que as publicações tratassem também das plantas, animais e festas de todos os povos do Parque.

O projeto previu publicações de boa qualidade, capa dura, o que é muito importante para os alunos que já estão cansados dos materiais precários como os xerox ou textos mimeografados e grampeados, que facilmente se perdem e estragam.

Muito boa também a proposta de elaboração de um currículo para as escolas do Parque, pois até hoje, apesar de algumas reuniões que tivemos entre os professores não-índios, nada foi ainda concretizado.

Enfim, espero poder colaborar no Projeto e que finalmente se consiga realizar um trabalho educacional que tenha uma continuidade,

com a formação dos professores indígenas .

Atenciosamente,



Maria Cristina C. Troncarelli